

Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão

(Editora FGV – Março de 2008)

Autores: Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi

Sinopse

Além de um excelente trabalho de investigação e análise do processo de decisão e elaboração legislativa no Brasil, focalizando a apreciação e execução do orçamento do governo federal, este livro é um precioso instrumento para avaliar o desempenho das instituições representativas e aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil.

Orelha

A vivacidade dos debates no Congresso e os clamores do noticiário jornalístico criam a imagem de que os recursos públicos consignados no orçamento da República são distribuídos conforme selvagem disputa entre os partidos. Pior, parte do orçamento seria apropriada predatoriamente por parlamentares e fisiologicamente distribuída a suas respectivas bases eleitorais. Nada mais longe da verdade. Depois de adotada pelo Congresso Nacional a Resolução nº 2, de 1995, regulamentando o processo de apreciação da proposta orçamentária do Executivo, em seqüência à CPI sobre os "anões do orçamento", a aprovação congressual da proposta do governo de alocação de recursos públicos por via orçamentária ficou submetida a normas que reduziram a quase zero a possibilidade de práticas ilegítimas.

Essa é uma das sólidas conclusões que Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi nos trazem em *Política orçamentária no presidencialismo de coalizão*, obra que dá continuidade aos estudos iniciados em *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional* (Editora FGV). Tal como este *Política orçamentária* nasce de rigorosa pesquisa documental e de dados quantitativos em apoio a exaustiva investigação sobre os caminhos pelos quais se define a aplicação dos recursos orçamentários. O leitor se surpreenderá não apenas com o modesto volume de recursos à disposição do arbítrio tanto do Executivo quanto do Legislativo, estando grande parte das verbas vinculadas por lei e destinações específicas, mas também com os controles auto-impostos pelo Congresso aos graus de liberdade de que, segundo o estereótipo, dispõem os parlamentares para farras alocativas. Figueiredo e Limongi nos brindam com modelar exemplo de investigação e análise, certo, mas, igualmente, com precioso manual do bom cidadão: aquele que, participante, busca avaliar o desempenho das instituições representativas pelo que de fato realizam, antes que pela propaganda enganosa, contra ou a favor.

Wanderley Guilherme dos Santos

PhD em ciência política, membro titular da Academia Brasileira de Ciências

Argelina Cheibub Figueiredo é professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Publicou *Democracia ou reforma? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (Paz e Terra, 1993).

Fernando Limongi é professor titular de ciência política da USP. Pesquisador e ex-presidente do Cebap, publicou *Democracy and development* com Adam Przeworski, José Antonio Cheibub e Michael Alvarez (Cambridge University Press, 2000).

Os autores publicam em co-autoria *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional* (FGV, 1999), que recebeu o prêmio CNPq-Anpocs, como melhor livro em ciências sociais publicado no ano.